

Atos Oficiais

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS

Convocação para a 8ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa e Proteção dos Animais do ano de 2022

Convidamos os ilustres conselheiros nomeados de acordo com o Decreto nº7.214 de 31 de Agosto de 2021, a participar da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção de Defesa dos Animais de 2022, a ser realizada no dia 06 de julho de 2022, quarta-feira, às 14 horas, a ser realizado no Plenário da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Pauta:

- Evento Pet
- Participação no Conselho de Meio Ambiente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual de Ribeirão Pires (COMADS), no cumprimento de suas atribuições, convoca todos os conselheiros e a todos interessados para participar de reunião ordinária a se realizar no dia 11 de julho de 2022 (segunda-feira), às 15h00; de forma presencial na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires localizada na Rua Miguel Prisco, 288 – Centro que seguirá a seguinte pauta.

- I. Leitura e aprovação de ATA anterior;
- II. Informes da presidência;
- III. Informes de Grupos de Trabalho;
- IV. Elaboração de diretrizes para a Ouvidoria Municipal
- V. Deliberações gerais

Ribeirão Pires, 04 de julho de 2022

RAFAEL VENTURA

Presidente do COMADS

Ato da Mesa N.º 3030/2022 A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR a pedido o funcionário Luiz Roberto de Moraes do cargo de Dirigente de Tecnologia da Informação de provimento em comissão, a contar de 04 de julho do ano em curso. Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 28 de junho de 2022 – 68º Ano da Instalação do Município. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi Presidente Vereador Professor Paulo Cesar PC Vice-Presidente Vereador José Nelson da Paixão Paixão 1º Secretário Vereador Sandro Campos 2º Secretário Vereador Alessandro Dias 3º Secretário.**

Ato da Mesa N.º 3031/2022 A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE: Art. 1º Fica suplementada, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a verba do orçamento vigente da Câmara Municipal, abaixo discriminadas:

Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Descrição	Valor (R\$)
01.031.0001.2.0001	3.3.90.30.00	Material de consumo	15.000,00
		TOTAL	15.000,00

Art. 2º Para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada, parcialmente, as seguintes verbas:

Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Descrição	Valor (R\$)
01.031.0002.2.0002	3.3.90.39.00	Outros Serv. De Terceiros – Pessoa	13.000,00

		Jurídica.	
01.031.0003.1.00004	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	2.000,00
		TOTAL	15.000,00

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 28 de junho de 2022 – 68º Ano da Instalação do Município. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi Presidente Vereador Professor Paulo Cesar PC Vice-Presidente Vereador José Nelson da Paixão Paixão 1º Secretário Vereador Sandro Campos 2º Secretário Vereador Alessandro Dias 3º Secretário.**

Ato da Mesa N.º 3032/2022 A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE: **Artigo 1º - Conceder**, licença para tratamento de saúde a funcionária **Regina Parisi**, devendo permanecer em afastada por 60 dias a partir do dia 27 de junho de 2021, conforme atestado médico apensado em seu prontuário funcional. **Artigo 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 29 de junho de 2022 – 68º Ano da Instalação do Município. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi Guto Volpi Presidente Vereador Professor Paulo Cesar PC Vice-Presidente Vereador José Nelson da Paixão Paixão 1º Secretário Vereador Sandro Campos 2º Secretário Vereador Alessandro Dias 3º Secretário.**

O pregoeiro faz saber a todos os interessados que com relação ao Pregão Eletrônico N° 070/2022, Processo de Compras n° 3668/2022, que trata do registro de preços para eventual fornecimento de uniformes para agentes de trânsito, RESOLVE: acolhe como tempestiva a impugnação ao edital, para no mérito, DEFERIR a referida impugnação interposta pela empresa: VÉRTICE Comércio de Roupas e Acessórios LTDA-EPP, ficando remarcado a referida licitação conforme segue: Período para cotação das 11:00 horas do dia 05/07/2022 às 08:00 horas do dia 14/07/2022. Período para lances: 14/07/2022 a partir das 09:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: www.bll.org.br ou www.ribeiraopires.sp.gov.br. Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

Pregão Eletrônico aberto junto ao Setor de Licitações:

Nº 073/2022 - Objeto: registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos, com o necessário fornecimento de peças e acessórios de acordo com a tabela de peças originais de cada fornecedor. Período para cotação das 17:00 horas do dia 05/07/2022 às 08:00 horas do dia 15/07/2022. Período para lances: 15/07/2022 a partir das 09:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: www.bll.org.br ou www.ribeiraopires.sp.gov.br. Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

PORTARIA Nº. 34.516, DE 14 DE JUNHO DE 2022. NOMEAR BARBARA LEITE, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 47.338.407 e CPF nº. 414.967.378-06, para exercer em comissão o cargo de Responsável de Equipe do Atendimento de Usuários, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 01 de Junho de 2022. Processo nº. 4244/2022

PORTARIA Nº. 34.517, DE 14 DE JUNHO DE 2022. NOMEAR MARILENE DA SILVA DAVID ALVES, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 34.323.446 e CPF nº. 313.862.078-70, para exercer em comissão o cargo de Responsável de Equipe do Atendimento de Usuários, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 01 de Junho de 2022. Processo nº. 4243/2022

PORTARIA Nº. 34.525, DE 14 DE JUNHO DE 2022. REVOGAR, a partir de 13 de Junho de 2022, a Portaria nº. 33.694, de 29 de Novembro de 2021, que concedeu licença sem vencimentos para o funcionário DIEGO AUGUSTO LOURENÇO, portador da Cédula de Identidade R.G nº. 39.063.171-1 e CPF nº. 394.337.608-75, ocupando o cargo de Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Zeladoria e Manutenção Urbana. Processo nº. 5250/2015

PORTARIA Nº. 34.531, DE 14 DE JUNHO DE 2022. CONSIDERANDO a decisão judicial nos autos da Ação de Mandado de Segurança Cível, proferida no Processo Digital nº 1000797-30.2022.8.26.0505, conforme Processo nº 1744/2022, NOMEAR a pessoa abaixo relacionada para, nos termos do Artigo 7º. e seguintes da Lei nº. 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires, exercer o cargo efetivo de Farmacêutico, com lotação na Secretaria de Saúde e Higiene:

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	CLASS.
357005550	RAQUEL BARBOSA DE SOUSA SANTOS	457906911	10

A pessoa acima nomeada, de acordo com o disposto na Lei nº 6.123, de 03 de Novembro de 2016, deverá tomar posse do cargo no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, contados da publicação da presente portaria, decaindo do

direito de posse se não o exercer no prazo. Para a posse devesse comparecer no Departamento de Recursos Humanos, localizado na Rua Miguel Prisco, nº 288 – Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 17:00 horas. Processo nº 1314/2021

PORTARIA Nº. 34.534, DE 20 DE JUNHO DE 2022. EXONERAR a pedido, a funcionária ROSELI DE PAULO LOPES, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 333650335 e CPF nº. 302.649.828-94, do cargo de Técnico em Enfermagem, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 01 de Junho de 2022. Processo nº. 7102/2014

PORTARIA Nº. 34.538, DE 22 DE JUNHO DE 2022. REDUZIR para 10 (dez) horas semanais a carga horária do funcionário CARLOS ROBERTO ZAMBON, portador da Cédula de Identidade RG nº. 46024785 e CPF nº. 806.064.318-53, Médico Clínico Geral, regime estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 01 de Junho de 2022. Processo nº 9036/2012

PORTARIA Nº. 34.539, DE 23 DE JUNHO DE 2022. EXONERAR a pedido, a funcionária MARCELINE DE ALMEIDA SANTOS, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 277779170 e CPF nº. 252.644.218-46, do cargo de Enfermeiro, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 10 de Junho de 2022. Processo nº. 9023/2012

PORTARIA Nº. 34.544, DE 23 DE JUNHO DE 2022. EXONERAR a pedido, a funcionária TERESINHA FREIRE DE MORAES, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 13555287-4 e CPF nº. 011.800.178-70, do cargo de Enfermeiro, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 10 de Junho de 2022. Processo nº. 4273/2012

PORTARIA Nº. 34.548, DE 24 DE JUNHO DE 2022. NOMEAR IONE PEREIRA LIMA TAVEIROS, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 22.080.642-1 e CPF nº. 118.459.988-20, para exercer em comissão o cargo de Dirigente de Unidade de Abastecimento, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 06 de Junho de 2022. Processo nº. 4366/2022

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS-Processo Administrativo nº 3669/2022-Objeto: RECONSTRUÇÃO DE PONTE PARA PASSAGEM DE VEÍCULOS SOBRE O RIO RIBEIRÃO NA RUA SÃO VICENTE-Contratada: CR4 ENGENHARIA LTDA-Ficam V.Sas. comunicados a iniciarem os serviços de RECONSTRUÇÃO DE PONTE PARA -PASSAGEM DE VEÍCULOS SOBRE O RIO RIBEIRÃO NA RUA SÃO VICENTE , a partir do dia 04 de julho de 2022, em conformidade com o Termo de Contrato nº 203/2022.Ribeirão Pires, 04de julho de 2022. Sérgio Poloni dos Reis- Secretário de Obras

LEI Nº 6.756, DE 23 DE JUNHO DE 2022

Institui o Cartão de Identificação para Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, residente no Município e dá outras providências. **(Autoria: Vereador Valdir Nunes de Araújo)**

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - CIPTEA, no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, destinada a conferir a identificação da pessoa diagnosticada com Transtorno Espectro Autista - TEA, e a atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social, conforme a Lei Federal nº 13.977, de 08 de janeiro de 2020, e a Lei nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, sem prejuízo da Carteira de Identidade instituída pelo Decreto Federal nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, cujo modelo foi reconhecido no Município pela Lei nº 17.502, de 2020.

§1º A pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista - TEA é legalmente considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos, conforme a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Lei Berenice Piana, ou outra legislação que porventura a venha a substituir.

Art. 2º A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - CIPTEA será expedida pela Administração Municipal, que será competente para:- administrar a política de emissão da CIPTEA em âmbito municipal;- expedir no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires a CIPTEA, devidamente numerada, de modo a possibilitar a contagem das pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista em âmbito Municipal;- controlar, para efeito de estatística, o número atualizado de carteiras emitidas pelo Município.

Art. 3º A CIPTEA será expedida mediante requerimento, acompanhado de relatório médico, com indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- nome completo, filiação, local e data de nascimento, número da carteira de identidade civil, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tipo sanguíneo, endereço residencial completo e número de telefone do identificado;
- fotografia no formato 3 (três) centímetros (cm) x 4 (quatro) centímetros (cm) e assinatura ou impressão digital do identificado;
- nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e e-mail do responsável legal ou do cuidador.

Art. 4º A CIPTEA terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser mantidos atualizados os dados cadastrais do identificado e revalidada com o mesmo número, de modo a permitir a contagem das pessoas com transtorno do espectro autista em âmbito Municipal.

§1º Em caso de perda ou extravio da CIPTEA, será emitida segunda via pela apresentação de boletim de ocorrência ou mediante o preenchimento de declaração de perda.

§2º A CIPTEA será expedida no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires sem qualquer custo para o requerente.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 23 de junho de 2022 – 308º Ano da Fundação de 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

LEONARDO PENNA DE BIAZI
Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social
Processo administrativo nº 3080/2022 – PM - Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.767, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Institui o Auxílio Juvenil Municipal do Egresso do serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio Juvenil Municipal do Egresso do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA, nos termos da Lei 8069/90, da Lei 8742/93 e da Lei 12.852/13, que visa disponibilizar o acesso à moradia segura, em caráter emergencial e temporário, mediante concessão de benefício financeiro destinado ao pagamento de aluguel de imóvel aos jovens egressos do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, consideram-se jovens egressos do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA, aqueles que completaram sua maioridade sob a guarda do Município em instituição conveniada, destituídos do poder familiar e que não foram inseridos em família substituída e/ ou adoção.

Art. 3º Possui direito a concessão do benefício do auxílio o adolescente que:

- I - Estiver residindo na Instituição conveniada e possuir plano de desligamento da Instituição;
- II - Tiver completado 18 anos;
- III - Tiver passado por processo de destituição familiar;
- IV - Não tiver sido inserido em família substituta e/ ou adotado.

Parágrafo Único. No caso de grupo de irmãos, é vedada a concessão do benefício a mais de um membro do mesmo grupo, de forma que será destinado o mesmo imóvel e todos os irmãos que necessitarem do programa.

Art. 4º O Auxílio Juvenil será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial.

Art. 5º A negociação de valores, a contratação de locação e o pagamento mensal aos locadores será de responsabilidade do beneficiário, devendo ser pago diretamente ao proprietário ou administrador indicado.

Parágrafo Único. A Administração Pública não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do beneficiário.

Art. 6º O valor máximo do Auxílio Juvenil é de até R\$ 600,00 (seiscentos reais) e será concedido pelo período de 12 (doze) meses, mediante avaliação fundamentada pela Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.

§1º O auxílio será concedido em prestações mensais, mediante depósito em conta do beneficiário.

§2º O auxílio será utilizado para o pagamento exclusivo do Aluguel.

§3º Sendo o aluguel mensal contratado inferior ao valor do Auxílio Juvenil, este se limitará ao valor do aluguel do imóvel locado e, na hipótese do aluguel mensal contratado ser superior ao valor do auxílio, competirá ao beneficiário complementar o valor.

§4º O pagamento do auxílio somente será efetivado mediante apresentação do contrato de locação e recibo de aluguel devidamente assinado pelas partes contratantes.

§5º Para fins desta Lei, somente poderão ser locados imóveis:

- I - situados no Município de Ribeirão Pires;
- II - que possuam condições de habitabilidade.

§6º O auxílio concedido pela presente lei é limitado no máximo a 05 (cinco) adolescentes.

§7º Durante o período de vigência do auxílio, o beneficiário será acompanhado pela rede de proteção social para cumprimento do plano de acompanhamento social a ser estabelecido pelos equipamentos em parceria com os órgãos públicos e privados.

Art. 7º O não atendimento das obrigações contidas nesta Lei ensejará:

- I - advertência por escrito;
- II - cancelamento do auxílio.

Art. 8º O recebimento deste auxílio por parte do munícipe não gera direito adquirido à prestação contínua, considerando, pois, seu caráter transitório e precário.

Art. 9º Os casos omissos poderão ser complementados por Decreto do Poder Executivo, com caráter descritivo ou explicativo das normas aqui redigidas.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2022- 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

LEONARDO PENNA DE BIAZI
Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo administrativo nº 390/2022 - PM
Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.768, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Altera dispositivos da Lei nº 6.291, de 13 de setembro de 2018, que dispõe sobre Plano de Cargos, Salários e Carreira dos Funcionários Municipais de Ribeirão Pires, e suas alterações e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º O Anexo V, Plano de Carreira, Quadro PCA, passa a vigorar com as seguintes alterações, a partir de 01/05/2022:

	REFERÊNCIA
REGENTE	12 A até 17 E

Art. 2º A Tabela Salarial VI – Procurador, passa a vigorar com as seguintes alterações:

TABELA SALARIAL VI

CLASSE	A	B	C	D	E
91	6.490,92	6.588,29	6.687,11	6.787,41	6.889,24
92	6.958,14	6.983,60	7.053,45	7.123,97	7.195,21

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos financeiros em 1º maio de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 6936/2018 – PMRP
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial

LEI Nº 6.769, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a celebração de Termo de Colaboração com as Associações Pais e Mestres - APM's das Escolas Municipais da Estância Turística de Ribeirão Pires para o ano de 2022, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Colaboração com as APM's das Escolas Municipais sediadas no Município, objetivando desenvolver programas de cooperação mútua na manutenção e melhoria da qualidade do ensino.

§1º Fica vedada a contratação de pessoal para exercer função de natureza permanente.

§2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior deste artigo considera-se função de natureza permanente a executada em caráter não eventual.

Art. 2º O Termo de Colaboração de que trata o art. 1º será firmado de acordo com o anexo que integra esta Lei.

Art. 3º As escolas municipais receberão os repasses uma de uma única vez, conforme segue:

Nº	ESCOLAS MUNICIPAIS	VALOR
1	Amauri nascimento (I) 116 C	R\$ 10.000,00
2	Antônio Cumpian Silva (I) 59 C	R\$ 10.000,00
3	Cicera Benevides (I) 110 P	R\$ 10.000,00
4	Edir Maria (I) 147 C	R\$ 15.000,00
5	Francisco Melo (I) 54 C	R\$ 10.000,00
6	Julia Del Corto (I) 86 C	R\$ 15.000,00
7	Olivia M. Petrilli (I) 113 C	R\$ 15.000,00
8	Palmira Antonio (I) 58 C	R\$ 12.000,00
9	Monteiro Lobato (I) 140 P	R\$ 12.000,00
10	Katia Regina C. Ribeiro (I) 72 C	R\$ 15.000,00
11	Angelina Denadai (I) 183 C	R\$ 15.000,00
12	João Midola (F) 181 F	R\$ 20.000,00
13	Maria Gloria (I) 186 C	R\$ 15.000,00
14	Maria Siqueira de Paula (F) 153 F	R\$ 15.000,00
15	Neusa L. Sanches (I) 177 C	R\$ 15.000,00
16	Francisca Santiago (I) 153 P	R\$ 15.000,00
17	Mathilde F. David (I) 165 P	R\$ 15.000,00
18	Tia Mariinha (I) 165 P	R\$ 15.000,00

Nº	ESCOLAS MUNICIPAIS	VALOR
19	Abdalla Chiedde (F) 385 F	R\$ 15.000,00
20	Antonio Bacelar (F) 355 F	R\$ 15.000,00
21	Herbert J. de Souza (I) 287 P	R\$ 20.000,00
22	Lavinia Figueredo (F) 272 F	R\$ 20.000,00
23	Bernadete B. Seixas (I) 307 C	R\$ 20.000,00
24	Maria Gomes Pilar (I) 206 P	R\$ 15.000,00
25	Mabel Cunha (I) 204 C	R\$ 15.000,00
26	Manoel B. Da Silva (F) 272 F	R\$ 15.000,00
27	Silvio Grecco (I) 230 P	R\$ 15.000,00
28	Fiorino Roncon (I) 220 P	R\$ 15.000,00
29	Valberto Fusari (I) 284 C	R\$ 20.000,00
30	Eng.º Carlos Rohm II (I) 410 P	R\$ 20.000,00
31	Yoshihiko Narita (F) 674 F	R\$ 25.000,00
32	Eng. C. Rohm Unid. I (F) 1.230 F	R\$ 30.000,00
33	Sebastião Vayego (F) 931 F	R\$ 25.000,00

TOTAL GERAL

(F) FUNDAMENTAL	R\$ 180.000,00
(P) PRÉ	R\$ 152.000,00
(C) CRECHE	R\$ 202.000,00
TOTAL	R\$ 534.000,00

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ROSI RIBEIRO DE MARCO
Secretária de Educação e Cultura

Processo Administrativo nº 49/2022 – PMRP
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

ANEXO
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E AS APM'S DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SEDIADAS NO MUNICÍPIO, COM O OBJETIVO DE DESENVOLVER PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO MÚTUA NA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO.

Por este instrumento Termo de Colaboração, as partes, de um lado a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires e de outro lado as APM's, tem entre si justo e acordado, o presente Termo de Colaboração, consoante as Cláusulas e condições da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei Nº 13.019/14, alterada pela LEI Nº 13.204/15 e demais disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O Termo de Colaboração tem por objetivo desenvolver Programas de Cooperação Mútua na manutenção e melhoria da qualidade de ensino.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.1 Para execução do presente Termo de colaboração, o Município obriga-se a:

- I- Analisar e deliberar o Plano de Trabalho proposto pela APM;
- II- Transferir os recursos financeiros previamente estabelecidos no Plano de Trabalho, e de acordo com o cronograma de desembolso, conforme Cláusula Quarta do presente Instrumento, mediante depósito em conta bancária específica da APM;
- III- Baixar resolução, estabelecendo os critérios e formas de transferências, de aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros às APM's;
- IV- Prorrogar "de ofício" a vigência do Termo de Colaboração, quando houver atraso na liberação, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- V- Acompanhar e controlar a execução do presente Termo de Colaboração, diretamente ou por delegação de competência;
- VI- Prestar assistência técnica às APM's durante a vigência deste Termo de Colaboração;
- VII- Receber a prestação de contas, analisar quanto à execução do objetivo, segundo o Plano de Trabalho, e encaminhá-la ao Departamento de Orçamento e Contabilidade, na forma do disposto na Cláusula Sétima deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA APM

3.1 Para execução do presente Termo de Colaboração, a APM obriga-se a:

- I-Abrir conta bancária específica no Banco do Brasil, com agência sediada em Ribeirão Pires, denominada APM da Escola;
- II-Aplicar, obrigatoriamente, os recursos depositados na conta bancária acima indicada, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança;
- III- Cumprir e fazer cumprir as instruções que receber do Município, relacionadas com os serviços a serem executados, e garantir o livre acesso de servidores do sistema de controle interno, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Termo de Colaboração, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- IV-Apresentar ao Município a prestação de contas dos recursos recebidos, na forma estabelecida na Cláusula Sétima;
- V-Manter em sua sede e em boa ordem, à disposição do Município, pelo prazo de 5 anos a contar da aprovação das contas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os documentos emitidos nominalmente e identificados com o número do Termo de Colaboração e demais registros contábeis;
- VI-Manter os recursos em conta bancária específica, efetuando saques somente para pagamento das despesas decorrentes da execução do presente Termo, mediante cheque nominativo ou ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro;
- VII-Restituir, até 10 dias do término da vigência do Termo de Colaboração, eventual saldo dos recursos recebidos, inclusive os oriundos de aplicações no mercado financeiro, mediante as instruções da Prefeitura;
- VIII- Restituir ao Município, no prazo improrrogável de até 10 dias após a deliberação do controle interno, o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com o Tesouro Municipal, nos casos previstos na Cláusula 9.1 e 9.2.

CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

4.1 Para o desenvolvimento e implantação dos objetivos ora pactuados, o Município analisará o Plano de Trabalho específico para cada Unidade Escolar, a ser proposto pela APM, que conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I- Identificação do objeto a ser executado;
- II- Metas a serem atingidas;
- III- Etapas ou fases de execução;
- IV- Plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V- Cronograma de desembolso;
- VI - Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim, da conclusão das etapas ou fases programadas;
- VII -Prestação de Contas.

4.2 Excepcionalmente admitir-se-á à APM propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pela unidade técnica e aprovada pela autoridade competente do órgão responsável pelo programa, não podendo ser alterado o objeto.

4.3 A reformulação do Plano de Trabalho, em função das alterações previstas no item anterior, deverão ser proposta pela APM, com as devidas justificativas, que será apreciada pelo Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA TRANSFERÊNCIA

5.1 O Município transferirá à APM recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso estabelecido no Plano de Trabalho de que trata a Cláusula anterior.

5.2 A importância resultante da revisão procedida na forma do parágrafo anterior, será depositada pelo Município, obedecidos aos prazos previstos no Plano de Trabalho, a favor da APM, na agência bancária respectiva.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE REPASSE E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 A transferência devida pelo Município à APM, será efetuada através de depósito em conta bancária específica aberta pela APM para esta finalidade, na forma do disposto na Cláusula Terceira, após a publicação do extrato do

Termo.

6.2 Os recursos transferidos na forma do disposto no item anterior, serão aplicados na aquisição de materiais de uso exclusivo da escola, podendo ser utilizados em quaisquer das finalidades:

- a)** didáticas;
- b)** escritório;
- c)** biblioteca;
- d)** educação física / recreação;
- e)** higiene e limpeza;
- f)** zeladoria;
- g)** roupas de cama, mesa e banho para alunos;
- h)** colchões, colchonetes e berços;
- i)** equipamentos eletroeletrônicos;
- J)** manutenção emergencial, pequenas adaptações e consertos de equipamentos;
- k)** formação de profissionais.

6.3 Na utilização dos recursos transferidos deverão ser respeitados os limites estabelecidos para cada item, segundo a natureza da despesa, e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado.

6.4 A homologação do Plano de Trabalho pelo Supervisor Educacional é condição para liberação dos recursos.

6.5 Caso os limites não sejam respeitados, o pagamento do excesso daí decorrente caberá exclusivamente à APM, desonerado o Município deste encargo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 A prestação de contas dos recursos recebidos por este Termo e Colaboração serão entregues ao Setor de Orçamento e Contabilidade, anualmente, até 28 de fevereiro do ano subsequente, para análise na forma da legislação em vigor, respeitadas as exigências do TCE e orientações do Município, contendo os seguintes documentos:

- a)** demonstrativo da execução da receita e da despesa;
- b)** extrato bancário conciliado, evidenciando a movimentação dos recursos;
- c)** originais dos comprovantes fiscais das despesas executadas no trimestre;
- d)** relatório circunstanciado da atividade desenvolvida no período, referente ao cumprimento do objeto.
- e)** balancete de 31 de dezembro do ano anterior, assinado por contador com registro no CRC, evidenciando escrituração dos ingressos e despesas a conta deste Termo de Colaboração;
- f)** parecer do Conselho Fiscal sobre a regularidade das contas e dos documentos comprobatórios;
- g)** comprovante de recolhimento do saldo, se houver;
- h)** relação de bens permanentes adquiridos ou produzidos.

7.2 A falta de prestação de contas, no prazo estabelecido pelo Município, importará na suspensão de repasses futuros.

7.3 Para fins de comprovação de gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência do Termo de Colaboração, devendo os documentos comprobatórios serem originais e emitidos em nome da APM para análise do Município.

7.4 Não poderão ser pagas com recursos do Termo de Colaboração despesas decorrentes de multas, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimento fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA OITAVA - DA POSSE DOS BENS

8.1 Quando da conclusão do objeto ou extinção deste Termo de colaboração, fica assegurado ao Município o direito de propriedade e uso dos bens remanescentes, adquiridos ou produzidos, em decorrência de sua execução, os quais serão exclusivamente destinados às escolas beneficiadas, cabendo a estas assumir a responsabilidade pela guarda e conservação desses bens.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO

9.1 O presente Termo de Colaboração vigorará pelo prazo previsto para a execução do objeto no Plano de Trabalho, podendo ser rescindido por mútuo consentimento, ou denúncia de qualquer das partes, manifestada com antecedência mínima de 60 dias.

9.2 A denúncia ou a rescisão do presente Termo de colaboração, de iniciativa do Município, ocorrerá quando da constatação, entre outras, das seguintes situações:

- a)** utilização dos recursos em desacordo com o objeto do Termo de Colaboração;
- b)** não adoção por parte da APM, das medidas saneadoras eventualmente apontadas pelo Município na execução do presente Termo;
- c)** quando não for executado o objeto do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1 O Termo de Colaboração será publicado por extrato, em órgão oficial de divulgação, no prazo de 15 dias, contados da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para qualquer dúvida ou ação que possam decorrer da execução desde Termo de Colaboração fica eleito o Foro desta Comarca, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2 Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes. E, por estarem assim ajustados, e para que produza efeitos legais, firmam o presente Instrumento em 3 vias, acompanhado de 2 testemunhas.

Ribeirão Pires, _____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

NOME DO REPRESENTANTE DA APM
Cargo que ocupa

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

LEI Nº 6.771, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Autoriza a concessão onerosa de direito real de uso à LNS AUTOMOTIVE EIRELI, de parte de área pertencente à Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, conforme matrícula nº 35.250, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder onerosamente, nos termos do art. 67, parágrafo único, combinado com o art. 69, § 1º da Lei Orgânica Municipal, para implantação de **indústria para fabricação de acessórios para veículos, e terminal logístico**, o direito real de uso à **LNS AUTOMOTIVE EIRELI**, CNPJ nº 40.153.401/0001-04, de área de **30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados)**, abaixo descrita, pertencente à **Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, conforme matrícula nº 35.250, localizada no perímetro urbano deste Município, que assim se descreve e caracteriza:**

“Tem início na estaca A-55, demarcada em planta, daí segue o alinhamento da Estrada da Cooperativa até a estaca A-54 numa distância de 309,00 m (trezentos e nove metros); daí deflete à direita numa distância de 122,70 m (cento e vinte e dois metros e setenta centímetros), confrontando com o imóvel de matrícula nº 39.769; daí deflete à direita e segue em linha reta até a estaca A-55A, localizada na divisa do imóvel de matrícula nº 30.348, confrontando com a área remanescente de matrícula 35.250, numa distância de 285,20 m (duzentos e oitenta e cinco metros e vinte centímetros); daí deflete à direita e segue em linha reta, numa distância de 89,58 m (oitenta e nove metros e cinquenta e oito centímetros), confrontando com o imóvel de matrícula nº 30.348 até encontra a estaca A-55, onde teve início a presente descrição, encerrando uma área de 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados).”

Parágrafo único. A concessão a que se refere este artigo far-se-á mediante termo de **concessão de direito real de uso remunerado, que integra esta lei.**

Art. 2º O prazo da concessão será de 15 (quinze) anos, renováveis por igual período, a contar da assinatura de termo de concessão.

Art. 3º O valor inicial mensal da concessão será definido por avaliação técnica da Comissão Permanente de Avaliações, o qual deverá ser atualizado anualmente com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

§1º Fica reservado ao Poder Executivo, presente o interesse público e através da oportunidade e conveniência, aceitar contrapartida diversa da estabelecida no caput deste artigo.

§2º A contrapartida prevista no §1º, precedida de avaliação, não exime o concessionário do pagamento objeto desta concessão, quando presente restos a pagar.

Art. 4º A LNS AUTOMOTIVE EIRELI será responsável por todas as obrigações contidas no termo de concessão de direito real de uso que integra esta Lei.

Art. 5º A concessão a que se refere a presente lei será revogada, sem direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos:

- I - o imóvel, no todo ou em parte tiver utilização diversa daquela destinada;
- II - inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da concessão;
- III - ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;
- IV - renúncia à concessão;
- V - a concessionária deixar de exercer as suas atividades específicas ou extinção;
- VI - a qualquer tempo, se o Município necessitar do imóvel para seu uso próprio.**

Art. 6º A concessão a que se refere a presente lei obedecerá as seguintes condições, dentre outras expressas no Termo de Concessão, sem as quais poderão levar a sua revogação:

- I - a utilização do imóvel objeto da presente concessão atendendo, exclusivamente, a sua finalidade;
- II - o cumprimento de todas as exigências do Poder Público, referentes ao imóvel objeto desta concessão;
- III - Obter, previamente, à realização de qualquer obra ou edificação, das licenças dos órgãos Estaduais e Municipais, sob pena de demolição e retorno ao *status quo ante*, bem como o pagamento de multa no valor correspondente a 3 (três) vezes o valor mensal da concessão;
- IV - o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre o imóvel a partir da data da assinatura deste contrato, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;
- V - o pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel;

- VI – o pagamento das despesas de consumo de água, energia elétrica, bem como aquelas necessárias às ligações correspondentes, sob pena de constituir infração contratual;
- VII – o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes sobre o imóvel, a partir da data da assinatura do termo de concessão, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;
- VIII - a manutenção do imóvel, em boas condições de higiene, limpeza e conservação, zelando sempre por ele para assim os restituir, quando findo ou rescindido este contrato, sem direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão, desde logo, incorporadas ao imóvel;
- IX- não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, bem como zelar pela conservação da área e evitar que terceiros a invadam;
- X – renúncia expressa de qualquer espécie de indenização por construções edificadas no imóvel objeto da concessão, assim como por benfeitorias, quer voluptuárias, úteis e/ou necessárias.

Art. 7º A transgressão a quaisquer das obrigações contidas no termo de **concessão de direito real de uso onerosa**, em especial o não pagamento dos tributos municipais e do valor mensal a título de concessão por, no máximo 3 (três) meses, implicará na rescisão do contrato, com a desocupação da área no prazo fixado, sem direito a qualquer indenização.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 4599/2022– PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO - CONTRATO N.º. /2022

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO REMUNERADO
PARTES: MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES E LNS AUTOMOTIVE EIRELI

As partes, neste instrumento nomeadas, de um lado como **CONCEDENTE**, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com domicílio na Prefeitura Municipal, na Rua Miguel Prisco, nº 288, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. Clóvis Volpi, e de outro lado como **CONCESSIONÁRIA**, a **LNS AUTOMOTIVE EIRELI**, com sede, CEP....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.153.401/0001-04, representada neste ato, nos termos de seus documentos constitutivos, tudo conforme consta do Processo Administrativo nº , e da Lei nº, têm entre si contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 A CONCEDENTE é legítima proprietária da área abaixo descrita, conforme o memorial descritivo, com as seguintes medidas e confrontações:

“Tem início na estaca A-55, demarcada em planta, daí segue o alinhamento da Estrada da Cooperativa até a estaca A-54 numa distância de 309,00 m (trezentos e nove metros); daí deflete à direita numa distância de 122,70 m (cento e vinte e dois metros e setenta centímetros), confrontando com o imóvel de matrícula nº 39.769; daí deflete à direita e segue em linha reta até a estaca A-55A, localizada na divisa do imóvel de matrícula nº 30.348, confrontando com a área remanescente de matrícula 35.250 , numa distância de 285,20 m (duzentos e oitenta e cinco metros e vinte centímetros); daí deflete à direita e segue em linha reta, numa distância de 89,58 m (oitenta e nove metros e cinquenta e oito centímetros), confrontando com o imóvel de matrícula nº 30.348 até encontra a estaca A-55, onde teve início a presente descrição, encerrando uma área de 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados).”

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Por possuir o imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus, a **CONCEDENTE**, concede o seu direito real de uso remunerado à **CONCESSIONÁRIA** nos termos da Lei Municipal de/...../.....

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 A concessão de direito real de uso remunerado vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos, renováveis por igual período, contados a partir da data de assinatura deste contrato, registrado junto à Secretaria de Finanças e Administração.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 A presente concessão será em caráter oneroso pelo valor mensal atual de R\$, devidamente atualizado anualmente pelos índices oficiais utilizados pelo Município.

4.2 Fica reservado ao Poder Executivo, presente o interesse público e através da oportunidade e conveniência, aceitar contrapartida diversa da estabelecida na cláusula 4.1.

4.3 A contrapartida prevista na cláusula 4.2, precedida de avaliação, não exime a concessionária do pagamento objeto desta concessão, quando presente restos a pagar.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 São obrigações da **CONCESSIONÁRIA**:

- I - a utilização do imóvel objeto da presente concessão atendendo, exclusivamente, a sua finalidade;
- II - o cumprimento de todas as exigências do Poder Público, referentes ao imóvel objeto desta concessão;
- III - Obter, previamente, à realização de qualquer obra ou edificação, das licenças dos órgãos Estaduais e Municipais, sob pena de demolição e retorno ao *status quo ante*, bem como o pagamento de multa no valor correspondente a 3 (três) vezes o valor mensal da concessão;
- IV - o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre o imóvel a partir da data da assinatura deste contrato, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;
- V - o pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel;
- VI - o pagamento das despesas de consumo de água, energia elétrica, bem como aquelas necessárias às ligações correspondentes, sob pena de constituir infração contratual;
- VII - o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes sobre o imóvel, a partir da data da assinatura do termo de concessão, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;
- VIII - a manutenção do imóvel, em boas condições de higiene, limpeza e conservação, zelando sempre por ele para assim os restituir, quando findo ou rescindido este contrato, sem direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão, desde logo, incorporadas ao imóvel;
- IX- não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, bem como zelar pela conservação da área e evitar que terceiros a invadam;
- X - renúncia expressa de qualquer espécie de indenização por construções edificadas no imóvel objeto da concessão, assim como por benfeitorias, quer voluptuárias, úteis e/ou necessárias.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 A inobservância por parte da **CONCESSIONÁRIA** de quaisquer das obrigações estipuladas neste contrato, bem como o não pagamento dos tributos municipais e do valor mensal a título de concessão por no máximo 3 (três) meses consecutivos, acarretará de imediato sua rescisão, devendo a **CONCESSIONÁRIA** desocupar o imóvel no prazo que lhe for expressamente fixado independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

6.2 No pagamento após a data de vencimento, incidirão multa de 2% sobre o valor, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês e atualização financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 Em nenhuma hipótese a **CONCEDENTE** indenizará quaisquer benfeitorias realizadas na área ou em sua edificação, inclusive por ocasião do término do prazo convencionado na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 Fica eleita a Comarca de Ribeirão Pires, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, desde que frustrada a composição amigável. E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ribeirão Pires, de de 2022

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

LNS AUTOMOTIVE EIRELI

TESTEMUNHAS:

LEI Nº 6772, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Autoriza a celebração de Acordo de Cooperação que entre o Poder Executivo e a Associação Beneficente e Esportiva Apocalipse, para os fins que especifica.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Acordo de Cooperação com a Associação Beneficente e Esportiva Apocalipse, para a realização do 1º Festival Beneficente e Solidário de Ribeirão Pires, conforme cláusulas e condições estabelecidas no Acordo de Cooperação, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

HUMBERTO D'ORTO NETO
Secretário de Turismo

Processo Administrativo nº 4558/2022 – PMRP.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

ANEXO I

MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº XXX/2022

Acordo de Cooperação que entre si celebram o Poder Executivo e a Associação Beneficente e Esportiva Apocalipse para os fins que especifica, oriundo do processo administrativo nº 4558/2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, sob o nº: 46.522.967/0001 -34, com sede à Rua Miguel Prisco nº 288, Centro, Ribeirão Pires, neste ato, representada pelo Sr. Secretário de Turismo **HUMBERTO D'ORTO NETO**, doravante denominada **PREFEITURA** e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E ESPORTIVA APOCALIPSE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, sob o nº 27.635.126/0001-99, neste ato representada por sua Presidente, Sra. **CARMELITA ROCHA BALDAIA NASCIMENTO DOS SANTOS**, doravante denominada **Associação**, CELEBRAM o presente Acordo, para as finalidades e nas condições a seguir expostas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O presente Acordo visa a cooperação entre a Secretaria de Turismo, e a Associação Beneficente e Esportiva Apocalipse, para a realização do 1º Festival Beneficente e Solidário de Ribeirão Pires.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O 1º Festival Beneficente e Solidário de Ribeirão Pires será realizado no Complexo Ayrton Senna nos dias 9, 10, 16, 17, 23 e 24/07/2022, das 12h00 às 22h00.

2.2. A entrada no evento corresponderá a um quilo de alimento não perecível (menos sal), por ingresso. Toda a arrecadação será revertida para o Fundo Social de Solidariedade do Município.

2.1.1 a Associação, organizadora do evento, se compromete a respeitar rigorosamente o limite de público autorizado pelo Corpo de Bombeiros. Determinado no Auto de Vistoria a ser emitido exclusivamente para esta finalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. A organização e gerenciamento do evento será conduzida por uma Comissão composta por, pelo menos, um representante da Secretaria de Turismo e um da ASSOCIAÇÃO, que nomearão entre si um Presidente, que será responsável por toda e qualquer decisão em última instância desta Comissão.

3.2. A Comissão Organizadora estabelecerá um regulamento que deverá conter todas as normas disciplinadoras de funcionamento do evento e será responsável por todas as decisões pertinentes ao evento.

3.3. Através da orientação da Secretaria de Turismo, outras Secretarias poderão participar da organização da infraestrutura do evento.

CLAUSULA QUARTA

4.1. Caberá à **ASSOCIAÇÃO** o recebimento das verbas dos patrocínios, divulgação do evento, alugar os chalés e espaços para food trucks, após a inscrição e pré-seleção dos candidatos, bem como estipular os produtos que deverão ser comercializados em cada espaço. A escolha será feita somente conforme critérios estipulados pela Comissão Organizadora descrita na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA

5.1. Ficará a cargo da **ASSOCIAÇÃO** toda a responsabilidade e atividades referente às locações dos chalés e espaço para food trucks e similares para o 1º Festival Beneficente e Solidário de Ribeirão Pires, tais como: elaboração do edital, entrega de cópias reprográficas, atendimento telefônico, funcionários para atendimento e suporte aos comerciantes, antes e durante o evento, etc.

5.2. Os recursos advindos da locação dos espaços referidos na Cláusula Quarta e de eventuais patrocínios serão recebidos pela ASSOCIAÇÃO através da emissão de recibos devidamente assinados e autenticados, os quais serão utilizados para pagamentos dos serviços complementares de infraestrutura, shows e divulgação do Festival, conforme determinação a ser ditada pela Comissão.

CLÁUSULA SEXTA

6.1. O balancete contendo demonstrativo financeiro e contábil do evento será elaborado pela **Associação** e, após avaliação da Secretaria de Turismo, ficará à disposição dos interessados em local público na **ASSOCIAÇÃO** e na Secretaria.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. O Plano de trabalho, em anexo, faz parte integrante do presente termo, tendo sido aprovado pelas partes envolvidas.

CLÁUSULA OITAVA

8.1. Este convênio extingue-se com a realização do 1º Festival Beneficente e Solidário de Ribeirão Pires.

CLÁUSULA NONA

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Estância Turística de Ribeirão Pires, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste convênio.

E por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, DE _____ DE 2022.

HUMBERTO D'ORTO NETO
Secretário de Turismo

CARMELITA ROCHA BALDIA NASCIMENTO DOS SANTOS
Presidente da Associação Beneficente e Esportiva Apocalipse

TESTEMUNHAS:

1 _____
RG:

2 _____
RG:

LEI Nº 6.773, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Altera dispositivo da Lei nº 6.684, de 19 de novembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, amigavelmente, parte de dois imóveis de propriedade dos herdeiros e viúva de Hermenegildo Del Santo, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 6.684, de 19 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

.....
II - Matrícula nº 41.061 - mede 24,20m de frente para a Avenida Santo André; pelo lado direito de quem da Avenida olha para o terreno, mede 2,50m, confrontando com parte do imóvel objeto da matrícula no 41.060; deste registro imobiliário pelo lado esquerdo mede 2,47m, confrontando com parte do prédio no 931, da Avenida Santo André, de propriedade de Paulo Soichi Nogami; nos fundos mede 23,65m, confrontando com o remanescente do imóvel, encerrando assim uma área de 56,71m².

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 3887/2009 -PMRP
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial

LEI Nº 6.775, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em especial seu artigo 93 e nas disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da administração pública;
- II. A organização e estrutura dos orçamentos;
- III. As diretrizes gerais para elaboração e execução do orçamento fiscal e suas alterações;
- IV. As diretrizes específicas do orçamento da Previdência Municipal;
- V. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI. A política de aplicação do agente financeiro oficial de fomento;
- VII. As disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII. As disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

- I. Metas Anuais;
- II. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV. Evolução do Patrimônio Líquido;
- V. Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI. Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII. Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X. Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E DAS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º O projeto de lei orçamentária anual do Município para 2023 será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta lei, à Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e à Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º A proposta orçamentária para 2023 conterá os programas constantes do Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025, detalhados com respectivas ações e metas referentes ao exercício de 2023, observados os conceitos estabelecidos na Portaria do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 4º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2023 são as especificadas no Anexo – Metas e Prioridades para 2023, as quais terão precedência na alocação de recursos no Projeto de Lei Orçamentária para 2023, não se constituindo, contudo, em limite à programação da despesa.

Art. 5º A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§1º A regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º Na lei orçamentária, as despesas públicas serão identificadas com a codificação de função, subfunção, programa e projeto/atividade/operação especial.

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- II. Subfunção, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- III. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- IV. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- V. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.
- VI. Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Parágrafo único. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º O projeto de lei orçamentária anual compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos, fundos especiais, autarquia e discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categorias econômicas, grupos de natureza de despesa, modalidades de aplicação e elementos de despesa, com base na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações.

Art. 9º O projeto de lei orçamentária anual, a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, terá como base as propostas orçamentárias apresentadas pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo encaminhadas à Secretaria de Finanças para fins de consolidação, na forma por este definida e dentro do prazo por aquela Secretaria, vedado o estabelecimento de limites que não os previstos na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Orgânica do Município e nesta Lei, será constituído de:

- I. Texto da lei;
- II. Consolidação dos quadros orçamentários.

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará demonstrativos e informações complementares, de modo a garantir a transparência na gestão fiscal.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade.

Art. 11. As receitas diretamente arrecadadas por fundos e autarquias, somente poderão ser programadas para novos investimentos e inversões financeiras depois de integralmente atendidas suas necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida e a destinação de contrapartida de operações de crédito.

Art. 12. O desembolso destinado ao Poder Legislativo terá como referencial os valores previstos nos artigos 29-A e 168 da Constituição Federal na forma do Cronograma de Repasse de Suprimento ao Legislativo encaminhado ao Executivo até 20 (vinte) dias após a publicação da lei orçamentária para 2023.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, convênios, acordos, ajustes e congêneres com órgãos, fundos e demais entidades da Administração Direta e Indireta da União e do Estado para obtenção de recursos complementares ao município e que não representem elevação da dívida municipal, visando o financiamento de despesas.

Art. 14. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios, transferências e operações de crédito externas e internas e para o pagamento de amortizações, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações.

Art. 15. A transferência de recursos humanos e financeiros a entidades públicas e privadas deverá atender o disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar nº 101/2000 e, adicionalmente, considerando a natureza e finalidade da transferência, os preceitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Estatuto da Criança e do

Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/96), na Lei Orgânica da Saúde . (Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90) e demais normas vigentes do Sistema Único de Saúde.

Art. 16. Para efeito do disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica autorizado o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.

Art. 17. Fica estabelecido um montante equivalente até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida, destinado à reserva de contingência, visando o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§1º A autorização para utilização dos recursos de que trata o “caput” deste artigo será de competência do Secretário de Finanças e Administração.

§2º O critério para autorização será o da análise da natureza do fato gerador, apresentado pelo ordenador de despesa, e da sua compatibilidade com a destinação mencionada no “caput” deste artigo.

Art. 18. Para efeito de cumprimento do disposto nos artigos 9 e 22, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Secretário de Finanças e Administração autorizado quando necessário, a promover a limitação de empenho e de cotas financeiras no âmbito do Poder Executivo.

Parágrafo único. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nos termos do “caput”, será fixado, separadamente, percentual de limitação para o conjunto de natureza da despesa, excluídas as despesas destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 19. Os projetos de lei de créditos adicionais especiais e extraordinários apresentados ao Poder Legislativo para aprovação e os decretos de créditos suplementares adicionais editados pelo Poder Executivo obedecerão, sob pena de nulidade, à forma e aos detalhamentos estabelecidos na lei orçamentária anual.

Art. 20. São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesa que viabilizem a realização de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de recursos em dotação orçamentária compatível.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Art. 21. O orçamento da previdência municipal compreenderá as dotações destinadas às ações da previdência e obedecerá ao disposto no artigo 40 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 22. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2023, o Executivo e o Legislativo, no tocante às despesas com pessoal e encargos, utilizarão como base de cálculo as despesas realizadas no primeiro quadrimestre do exercício de 2022, eventuais alterações nos planos de carreira, admissões ou revisão de tabelas de vencimentos, inclusive revisão geral prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, observado o disposto no seu artigo 169 e Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 23. Observados os limites a que se refere o artigo 22, somente poderão ser admitidos servidores, a qualquer título, se:

- I. Estiverem previstos cargos vagos na tabela de cargos de provimento efetivo;
- II. Houver vacância dos cargos ocupados constantes na tabela de cargos de provimento efetivo;
- III. Houver dotação orçamentária suficiente e específica para o atendimento da despesa.

Art. 24. Ficam autorizadas a concessão de vantagens, o aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, por órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e empresas estatais dependentes, observado o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os projetos de lei relacionados ao crescimento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, deverão ser acompanhados de anexo contendo demonstrativo do impacto sobre o percentual de comprometimento da receita corrente líquida.

CAPÍTULO VII DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DO AGENTE FINANCEIRO OFICIAL DE FOMENTO

Art. 25. A agência financeira oficial de fomento priorizará a concessão de créditos a microempreendimentos do setor formal ou informal instalados no Município.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 26. As propostas que alterem a legislação tributária das quais resultem acréscimos de receitas, com previsão de apresentação ou que já tramitem no Poder Legislativo quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, poderão ensejar a inclusão desses acréscimos, de maneira destacada, na previsão de receita, propiciando a fixação de despesas em igual montante, também de maneira destacada.

Art. 27. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício fiscal só será aprovada ou editada se tratar de elevado alcance social e de interesse público justificado e atender as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. O Poder Executivo publicará, até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, nos termos do disposto nos artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 29. Ao final de cada quadrimestre, os Poderes Executivo e Legislativo emitirão os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, nos termos do disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 30. O disposto no §3º, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como ao §3º, do artigo 100, da Constituição Federal, terão o seguinte entendimento: “despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, 5% (cinco por cento) do limite estabelecido na alínea 'a' do inciso II do artigo 23 da Lei Federal nº 8.666, de 1993”.

Art. 31. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, cronograma de desembolso mensal e metas bimestrais de realização de receitas, nos termos dos artigos 8º e 13, respectivamente, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 32. O Poder Executivo, utilizando-se da prerrogativa estabelecida no artigo 172, inciso III, do Código Tributário Nacional e no artigo 14, §3º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, providenciará legislação específica para remissão de créditos tributários e outros valores inferiores ao custo de cobrança administrativa e/ou judicial.

Art. 33. O Poder Executivo providenciará legislação específica instituindo o Programa de Recuperação Fiscal do Município, em cumprimento das diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o seu artigo 11.

Art. 34. Os gestores dos programas ou contratos financiados com recursos do orçamento deverão estabelecer mecanismos de avaliação, quantitativos e qualitativos, do serviço prestado e de controle de custos, visando auxiliar no gerenciamento dos gastos e oferecer informações para tomada de decisões.

Art. 35. São partes integrantes desta Lei, os anexos de Metas Fiscais da LRF nº 101/2000, conforme segue:

- Metas Anuais (Artigo 4º, §1º);
- Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (Artigo 4º, §2º, inciso II);
- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior (Artigo 4º, §2º, inciso I);
- Evolução do Patrimônio Líquido (Artigo 4º, §2º, inciso III);
- Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos (Artigo 4º, §2º, inciso III);
- Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (Artigo 4º, §2º, inciso IV, alínea “a”);
- Projeção Atuarial do RPPS (Artigo 4º, §2º, inciso IV, alínea “a”);
- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Artigo 4º, §2º, inciso V);
- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo (Artigo 4º, §2º, inciso V);
- Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências (Artigo 4º, §3º).

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de junho de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 2053/2022 - PMRP
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial

Observação: Os anexos desta lei estão disponíveis nos autos administrativos nº 2053/2022, na Secretaria de Finanças e Administração e na legislação online, no site do Município.

**SECRETARIA DE
SEGURANÇA URBANA
MOBILIDADE
DEFESA CIVIL**

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
**RIBEIRÃO
PIRES**
CONSTRUINDO O FUTURO DA GENTE



Avenida Kaethe Richers, 1200 – Portal
ssp@ribeiraopires.sp.gov.br
(11) 4828-5509

Ribeirão Pires, 04 de julho de 2022.

OFÍCIO Nº SSMD-471/07/2022.

Do Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

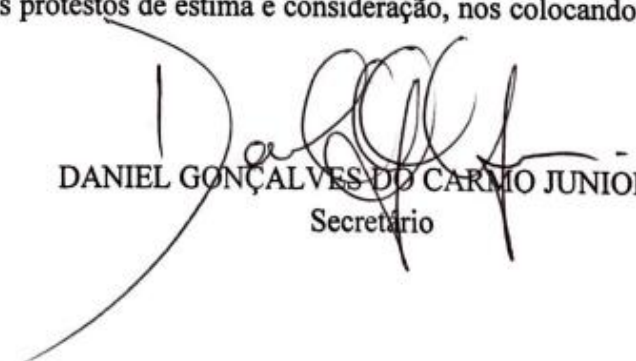
Ao SENHOR SAMUEL BOSS

Ilmo. Chefe de Gabinete da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Assunto: Publicação Referente ao Início do Curso de Formação de GCM.

Com os cordiais cumprimentos aproveito a oportunidade para levar ao conhecimento de Vossa Senhoria, a Ordem de Início do Curso de Formação de Guardas Cíveis Municipais 3ª Classe, no **dia 01 de agosto de 2022** conforme acordado junto a empresa Support Advanced Security em Treinamento Profissional LTDA, pelo que solicito ampla divulgação por meio do setor de comunicação.

No ensejo, renovo os protestos de estima e consideração, nos colocando à disposição para esclarecimentos.


DANIEL GONÇALVES DO CARMO JUNIOR
Secretário

ATA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL DE RIBEIRÃO PIRES DO ANO DE 2022 – CMPDA

Ribeirão Pires, xx de Junho de 2022 Reunião Online
14:00h

Participantes

Poder Público:

Sociedade Civil:

Ausência Justificada:

Marcus inicia a reunião às 14 horas e 20 minutos de forma online via aplicativo Google Meet. Foi listado 4 pautas: Evento Pet; Visitas nas escolas e Mural nas escolas para divulgação de animais para adoção; Regulamentação de criadores e obrigatoriedade de castração de animais não matrizes e Site unificado com animais para adoção. Marcus inicia a primeira pauta Evento Pet, comentado que Uda se uniu ao Amigão (D'orto) que é responsável pela pasta administrativa dos pontos turísticos, cujo interesse em usufruir da Tenda no Complexo Ayrton Senna. Amigão hoje em conversa extra oficial disse que não tinha informações sobre o evento, porém Marcus comenta que para realizar evento com estrutura e proporção imaginada não haveria tempo hábil para que ocorra ainda neste mês por ser necessário apoio, voluntários, roteiro de apresentação de viabilidade do evento e atrações. Há intenção de realizar o evento no mês de Agosto devido à agenda do setor de Turismo, como o Festival do Chocolate, Festa de Santo Antônio, etc. Marcus sugere em agosto para haver tempo hábil para organização e questiona os membros sobre ideias de atrativos para o evento pensando na estrutura do local; Marcus já adianta que o DP Fauna pode disponibilizar levar algum animal ou fazer chamado relativo a preservação da fauna local. Vivian tem a palavra e conta que há evento "Ouro Fino em Ação" todos os anos no último sábado de agosto já no calendário municipal e sugere a união dos eventos na região central de Ouro Fino com palco e estrutura completa com DJ, música ao vivo, desfile de cães, etc. Marcus questiona se o evento faz parte do calendário da clínica. Uda sugere categorias como cão mais simpático sem fazer referência a beleza do animal. Vivian conta que no último evento houve premiação para os animais distribuídos em 6 categorias e refere aproveitar espaço e data já planejada. Marcus comenta que é necessário analisar se há possibilidade da realização do evento em local aberto, desta forma seria interessante uso da tenda no complexo ayrton senna e ressalta que evento em ouro fino deve ser mantido, porém, o evento pet em questão deve ser imparcial em relação à proximidade da clínica particular, e tentar distanciar as datas para que haja organização adequada sendo possível anunciar o evento do fim de agosto no evento pet do conselho a fim de potencializar a participação e presença da população sugerindo à dra Vivian a possibilidade de um stand no evento pet com o nome da clínica havendo melhor aproveitamento de ambos os eventos. Marcus ressalta a importância da criação deste Evento Pet no calendário da prefeitura com intenção de perpetuar atividades nas próximas gestões. Comentou que houve evento pet que já ocorreu no local foi bastante proveitoso fazendo sucesso, desta forma há intenção de fixarmos diversas datas de eventos, seja em frente a clínica da dra, os demais eventos de exposição de cães de raça e nosso evento pet beneficente. Dra Vivian conta que o evento chama-se Ouro Fino em Ação e que demais comerciantes locais se unem para participar do evento em questão. Marcus questiona a possibilidade de ampliação do evento em ouro fino como por exemplo trazer os expositores para ambos os eventos. Uda pede a palavra e sugere não cobrança de entrada mas instalar barraquinhas dos protetores com itens a venda a fim de arrecadação de fundos, expondo que a prioridade do evento seja arrecadação de fundos. Edy pede a palavra e ambas relembram o evento "Fest Cão" já realizado na praça central. Edy comenta que na região central da cidade há maior fluxo de pessoas, e comenta que a exemplo da festa de Santo Antônio, realizou Bingo beneficente pois fez bastante sucesso no evento. Conta que deve ser feito de forma organizada com hora marcada, abrindo para os protetores e membros do conselho arrecadar fundos. Refere-se estar a favor da tenda do Ayrton Senna devido ao grande potencial do local. Marcus ressalta que deverá haver apoio entre os eventos e que seria interessante antecipar nosso evento ao de ouro fino para que ocorra um no começo e outro no fim do mês. Edy comentou que as barracas podem ser de produtos, alimentos, doces e caldos. Marcus fala que há possibilidade de realizar evento bem legal pois há apoio da secretaria de comunicação para divulgação e que o dinheiro arrecadado poderá ser dividido entre os protetores ao final do evento. Edy relata já ter tido experiência com este tipo de evento e acredita que a divisão por igual dos lucros pode não ser justa uma vez que apenas alguns dependem de esforços para obtenção do valor arrecadado, sendo que será necessário correr atrás de patrocínio, itens para sorteio, matéria prima etc. Marcus comenta que estamos em discussão aberta e que podemos sim avaliar divisão parcial, por exemplo. Keyla pede a palavra e questiona se haverá possibilidade de obter pelo menos uma barraca no Festival do Chocolate para passar informações à população, e falar sobre a causa animal na cidade por ser um evento grande e plural pensando que o evento pet atrai público já engajado e a intenção de expor no festival do chocolate seria disseminar estas informações para o público diversificado a fim de instigar maior variedade de pessoas sobre a causa. Poderíamos levar fotos dos animais para adoção, material informativo sobre temas variados como importância da castração, posse responsável, maus tratos, legislação, como denunciar etc, desta forma não é necessário grande investimento, ressalta que precisamos apenas de uma banca e os protetores se revezaram. Uda questiona se haverá uma barraca do DP Fauna no festival, se haveria possibilidade de associar os projetos. Marcus comenta que ainda não tem informações sobre. Uda comentou que em conversa com Amigão, deixou exposta o desejo de deixarmos de opção arrecadação também de ração na troca por convites para o evento, a necessidade de colocar mais postos de troca em estabelecimentos pet. Keyla comentou que já havia trabalhado no festival e contou que o festival do chocolate foi

caracterizado como uma das festas mais inclusivas da região, sendo importante incluir o mundo pet no evento, pois todos têm a ganhar seja o público, o município, os protetores e os animais. Marcus comenta que o festival do chocolate está muito próximo e que não há materiais impressos, apenas conteúdo relativo às visitas nas escolas e fauna silvestre. Comenta que a distribuição de material do DP Fauna até tem parte relativa a castração e maus tratos, porém, para colocar banca, seria necessário ter material disponível. Keyla diz que consegue ir atrás de doação, arrecadação de fundos e de material. Porém Marcus lembra que será necessário ir atrás do conteúdo para o material e que o município deve fazer abordagem regional espelhado na realidade dos municípios vizinhos. Ressalta que a cidade tem abordado a causa animal de forma constante e a abordagem dos agentes foca na orientação e monitoramento dos animais que são frutos de denúncia, eis que questiona que há a abordagem, porém não há nenhum tipo de material educativo, e não haverá tempo hábil até o festival. Keyla lembra que apesar de ser corrido, há chance de juntar conteúdo e abordar aquilo referente a região, além de divulgar fotos dos animais para adoção consideradas complicadas como idosos, por exemplo. Keyla lembra que o festival gera renda nas barracas e que a proteção não geraria na situação mas fica claro que temos pessoal no grupo bons de fala e experientes que poderiam participar da banca no festival passando informação à população e que o festival deve ser aproveitado além da festa e alto fluxo de visitantes pensando que pessoas cuidam de animais, sendo uma grande oportunidade de engajar mais pessoas para a luta da causa animal. Keyla deixa claro que a participação no festival do chocolate seja crucial. Marcus diz que irá solicitar o espaço no festival, sendo necessário presença de voluntários e pensar sobre a forma de abordagem pensando em trabalhar em cima de plano de conscientização sobre o trabalho dos protetores, ongs, departamento, englobando tudo para a abordagem. O tema deve ser discutido em reunião extraordinária e discutida. Lia pede a palavra, diz que apoia o que foi falado pela Keyla e diz que sobre o material, já é encontrado disponível este tipo pronto feito por outros municípios, grupos filantrópicos e universidades com mais diversos temas relativos à causa animal, como sobre sanidade animal, vacinas, como identificar comportamento agressivo etc sendo que há a possibilidade de obter estes materiais e utilizá-los como base para criação do material próprio. Marcus pede para enviar materiais de referência para serem consultados posteriormente e lembra que a confecção do material pode ser demorada devido a diversas solicitações e passo a passo feito pela prefeitura e este material deve ser padronizado e elaborado de acordo com os modelos do município. Fica combinado então envio, seleção de conteúdo e envio, e tentaremos ser feito a tempo, além de avaliar a quantidade de material a ser impresso uma vez que há mais de 100 mil pessoas que visitam o festival. Marcus ressalta que deve ser feita abordagem corpo a corpo e não haver desperdício de material. Uda conta que já ocorreu em outros festivais abuso onde tutor esteve com animal próximo às caixas de som, este foi chamado atenção e nada foi feito. Em relação a eventos Pet Friendly, Marcus comenta que apoia em diversas situações porém deve ser pensado sobre em relação a eventos de música sendo necessário restringir local para animais, como exemplo, área de autorama fechada para os animais. Lia pede a palavra sobre o evento pet, e sugere Caminhada (cãominhada) e questiona sobre a presença da feira de adoção no evento pet. Marcus lista caminhada, desfile, barraca dos protetores, arrecadação de ração, e pede para que os conselheiros pontuem para avaliar necessidade de estrutura para pedir a prefeitura sendo necessário parceiros para a realização efetiva do projeto. Edy comenta sobre a importância do bingo para atrair público diferente dos engajados a causa pet e sucesso do jogo em eventos mesmo com prêmios não muito grandiosos e jogos rápidos de quina. Marcus diz que não há como divulgar o prêmio antes do evento, mas que as possibilidades de prêmio são infinitas como tratamento de beleza, massagem, eletrodomésticos, chocolates, cestas etc, e assim que já estiver com evento estruturado este deve ser divulgado para arrecadar a premiação e divulgação dos parceiros. Edy fala que eletrodomésticos como panela elétrica, airfryer fazem muito sucesso. Devido a reunião ser online com limite de 1h, os próximos assuntos deverão ser passados de forma rápida. Lia pede no evento do festival do chocolate cata-cacas, bebedouros pet e áreas pet. Sobre o festival do chocolate Marcus conversa com envolvidos de forma extra oficial e passará para os conselheiros em reunião extra oficial. Em relação às palestras nas escolas, Marcus diz que já tem ocorrido todas as quintas feiras, basta o grupo se mobilizar e participar. Em relação ao painel de adoção nas escolas, já foi liberado e deve-se canalizar as adoções para um único contato fora do departamento. Contato pode ser via email, perfil no face, grupo no whatsapp, chip com número extra. Marcus comenta que nas palestras as crianças se interessam e que deve ser divulgado nas escolas. Assunto de regulamentação deverá ser deixado para uma próxima reunião devido a delicadeza e amplitude do assunto. Marcus comenta que as visitas em criadores são similares a cenas de terror, relata que obrigar castração talvez seja difícil mas há possibilidade de criação de lei e tributação em relação a estes animais a fim de cobrar dos criadores e fiscalizá-los uma vez que este é um comércio que gera lucro e deve ser tributado. Ressalta que a tributação deve ser cara a fim de desestimular a criação uma vez que estes ainda têm gastos com vacinas, veterinário, alimentação etc. Este projeto deve ser tratado com rigor pensando na saúde do animal, saúde deste e na consequência da compra destes animais e manutenção destes no futuro levando em conta além da bandeira da proteção e doação de animais sem raça mas o bem estar de todos eles sendo vira latas ou de raça pura. Lia comentou sobre duas entidades nacionais e internacionais que regulamentam a criação de animais de raça como a CBKC e Kennel Club criando normativas e padrões de cada raça, onde os criadores devem se associar para receber certificação dos órgãos. Hayli conta que possui um animal de raça resgatado que passou por mutilação mesmo o criador sendo credenciado, e hoje já temos o corte de orelha e cauda como mutilação e maus tratos porém ainda regulamentada por criadores. Expõe que o ideal é criação de uma lei que regule em diversos aspectos inclusive o bem estar destes animais além de padrões físicos e genéticos. Edy comenta ser necessário fiscalização árdua destes criadores. A reunião foi finalizada às 15:20 devido ao tempo estabelecido pelo aplicativo Google Meet.